

Diretora suspeita de desviar dinheiro

DF - Ed. das

Segundo o Ministério Público, dirigente do Centro de Ensino Fundamental nº 1 do Guará sumiu com R\$ 60 mil

O Ministério Público denunciou, ontem, o desvio de verba destinada ao Centro de Ensino Fundamental nº 1, no Guará, pela própria diretora da escola, Vera Lúcia Freire Cardoso.

Cerca de R\$ 60 mil foram tirados da conta da Associação de Pais, Alunos e Mestres (Apam) e colocados diretamente na conta da diretora. Além dela, as investigações constataram, também, a participação do ex-vice-diretor, José Camilo de Lima.

Segundo o promotor de Justiça de Educação, Marcos Donizete, existem duas formas de arrecadar receitas: recursos oficiais provenientes

da Secretaria de Educação e por meio de recursos públicos destinados ao benefício da escola, como, por exemplo, o aluguel do espaço para torres de telefonia e outdoors.

O que aconteceu no caso, ainda segundo Donizete, é que o MP, em investigações de rotina, pediu às empresas de telefonia, comprovantes de depósitos do pagamento mensal do aluguel para as escolas. Ao verificar, constatou-se a possibilidade de irregularidades, no pagamento da empresa GVT para a escola, que recebia na conta particular de Vera Lúcia.

Nas investigações, os promotores descobriram que a

diretora encaminhou uma correspondência para a GVT informando um novo número de conta como sendo da Apam, mas era a sua conta particular.

Até agora, está comprovado que ela estava agindo dessa maneira há dois anos e desviava o dinheiro da empresa de telefonia, aluguel de outdoors, publicidade em muros da escola e da cantina.

Em janeiro de 2004, indicado pela própria diretora, José Camilo assumiu a vice-presidência e ficou responsável por administrar as verbas provenientes dos outdoors e publicidade nos muros, que passou a depositar em sua

conta. Os dois já haviam trabalhado anteriormente em outras duas escolas, mas não se tem comprovação de desvios nessas escolas.

DEPÓSITO - Quando questionada por representantes sobre o dinheiro que não era mais depositado, ela alegava que a GVT não estava mais repassando a verba porque a questão estava sub júdice. A verba da GVT era de aproximadamente R\$ 2,8 mil por mês.

Durante o andamento do processo no MP, todas as vezes em que foi chamada para prestar esclarecimentos, Vera alegou ter comprovantes, mas nunca os apresentou. "É parte

da explicação do porquê de a escola estar sucateada", lamentou o outro promotor do caso, Alexandre Pucci.

Ontem, ficou determinado o afastamento de Vera da função. Ela e José Camilo vão responder a uma ação cível e outra penal. De acordo com Donizete, na esfera cível, ambos vão responder por improbidade administrativa, podendo perder o cargo, os direitos políticos por oito a dez anos e condenados a devolver o dinheiro, além de multa até três vezes o valor apropriado.

Já na esfera penal, o crime é de peculato – aquele praticado pelo funcionário público contra a administração em

geral, com pena prevista de dois a 12 anos de prisão.

O Ministério Público está verificando a movimentação financeira de outras escolas. De acordo com Donizete, as investigações seguem curso parecido.

A Secretaria de Educação encaminhou expediente à Diretoria Regional de Ensino do Guará indagando sobre os procedimentos em relação ao caso. A diretora Vera Lúcia não foi à escola ontem. Segundo a assessoria do diretor da Regional de Ensino do Guará, Juarez Aguiar, Vera Lúcia estava viajando. Na escola, a informação era de que ela estava doente.